

Universidade, ciência e cultura no pensamento de Anísio Teixeira¹

Ana Waleska P. C. Mendonça

Neste texto me proponho a refletir sobre as concepções de Anísio Teixeira acerca do papel da universidade na sua relação com a ciência e a cultura, privilegiando dois momentos da longa vida pública deste educador brasileiro, durante os quais este esteve particularmente envolvido com esta questão. Os anos de 1931 a 1935, período em que Anísio Teixeira, como Diretor da Instrução Pública e, posteriormente, Secretário de Educação do Distrito Federal, empreendeu uma ampla reforma de ensino na então capital do país. Esta reforma teve como ponto culminante a criação da Universidade do Distrito Federal (UDF), de vida curta e conturbada, mas experiência *fundante*, à qual o educador retornaria sempre nos seus escritos e iniciativas no âmbito do ensino superior. E os anos 1950/1960, ao longo dos quais Anísio Teixeira organizou a CAPES² (criada como Campanha de Aperfeiçoamento do pessoal de nível superior), promovendo uma reforma *por dentro* da universidade, através da institucionalização da pesquisa e da pós-graduação, bem como, juntamente com Darcy Ribeiro, projetou a Universidade de Brasília. Em 1964, quando foi demitido dos cargos que ocupava no MEC, *a bem do serviço público*, pela ditadura militar que então se instalava, Anísio Teixeira ocupava a reitoria desta universidade, acumulando-a com a direção da CAPES e do INEP, que também assumira desde 1952.

Cumprê destacar que, nesses dois momentos, Anísio Teixeira não só desenvolveu uma reflexão sobre a questão da universidade, mas teve a oportunidade de tentar concretizar suas idéias através das instituições por ele criadas. Suas idéias e experiências podem, a meu ver, se configurar como uma base importante para o debate contemporâneo sobre essa problemática.

Na abordagem do tema, me utilizarei basicamente de duas fontes: a minha tese de doutorado intitulada *Universidade e formação de professores: uma perspectiva integradora. A "Universidade de Educação", de Anísio Teixeira (1935-1939)*³, recentemente-

te publicada sob a forma de livro, e a pesquisa que coordenei, financiada pelo CNPq, *A formação dos mestres: a contribuição de Anísio Teixeira para a institucionalização da pós-graduação no Brasil*.

A experiência fundante (1931-1935)

É significativo que, desde o momento em que se propôs a tarefa de reorganizar o sistema de ensino do Distrito Federal, Anísio Teixeira tenha se empenhado em reestruturá-lo *como um todo*. Esta perspectiva, aliás é coerente com o seu pressuposto de que um sistema escolar democrático deve ser suficientemente integrado para permitir a livre progressão dos melhores, através de todos os seus graus.

Na Exposição de Motivos que acompanhava o Decreto 3.763 de 11.02.1932, Anísio Teixeira contestava o fato de que o campo do ensino secundário estivesse vedado à administração do Distrito Federal, argumentando que o “divórcio entre as entidades que mantêm o ensino primário e profissional e as que mantêm o ensino secundário e superior vai concorrendo, insensivelmente, para que se estabeleçam no Brasil, dois sistemas escolares paralelos, fechados em compartimentos estanques e incomunicáveis”. Para o educador:

A mais elementar reflexão demonstra, imediatamente, o perigo para a democracia de semelhante paralelismo.

Em uma sociedade em que o princípio fundamental é o da igualdade de oportunidades, princípio a que deve estar organizadamente subordinado o sistema educativo nacional, estamos, sem o sentir, a estabelecer dois sistemas educacionais, diferentes nos seus objetivos sociais e culturais e, por isso mesmo, instrumentos de uma estratificação social e uma separação de classes visceralmente anti-democráticos (Teixeira, 1932, *apud* Mendonça, 1993: 105).

Para Anísio Teixeira, o remédio para esse dualismo anti-democrático não estaria apenas nas mãos dos governos estaduais e municipais, implicando também que o governo federal viesse a reconhecer os sistemas de ensino primário e profissional dos Estados e Municípios. Entretanto, assumia que a iniciativa teria que partir das unidades federadas, que deveriam “constituir os seus sistemas escolares com a necessária unidade e amplitude de objetivos, incluindo sempre o ensino de legislação federal, para que não se fechem aos seus estudantes as portas das escolas de estudos superiores e de cultura” (*idem, ibidem*: 106).

Foi com esse espírito que Anísio Teixeira instituiu desde logo a Escola Secundária do Instituto de Educação, logo seguida pela organização do curso secundário, nos moldes da legislação federal, em duas escolas profissionais femininas, mantidas

pelo Município. Com a criação da Escola de Professores do Instituto, o Município passaria a atuar também ao nível do ensino superior. Mas faltava ainda a Universidade, para coroar esse esforço de integração do sistema escolar no *espírito contemporâneo* (*idem, ibidem*).

No relatório de um ano de administração, publicado como Separata do Boletim de Educação Pública, em 1932, Anísio Teixeira transcrevia uma exposição que fizera, em sessão extraordinária da Associação Brasileira de Educação, sobre a necessidade de mandar preparar no estrangeiro nossos futuros técnicos – “em educação, em ciências sociais e, em qualquer aspecto de cultura desinteressada, literária ou científica” – alegando, exatamente, para isso, a inexistência, entre nós da “Universidade na sua feição clássica e universal, isto é, de centro de investigação científica” (*idem, ibidem*: 106-107).

Para ele, se o que caracterizava a civilização moderna era “o esforço pertinaz da ciência na transformação dos meios naturais da vida, a nação mais rica e mais civilizada seria a que melhor tivesse desenvolvido os instrumentos científicos de transformação dos elementos naturais em bens e utilidades” (*idem, ibidem*: 107).

Ora, na sua perspectiva, era exatamente nos laboratórios e nas universidades que se processavam as descobertas e os avanços da ciência, transformando-se estas, portanto, em verdadeiros “quartéis-generais da luta econômica e internacional” (*idem, ibidem*).

Segundo Anísio Teixeira, tornara-se imprescindível para cada país formar os seus “capitães da ciência” (em todos os seus ramos), já que não só a riqueza dos países mas a sua própria independência tornara-se função da ciência que possuíssem (ou melhor, produzissem).

Para ele:

Ao lado da finalidade de educação geral para todos, se acentuou, nos países civilizados, a necessidade de uma verdadeira pesquisa de talentos e de inteligências privilegiadas e de uma educação tão profunda, tão rica e tão especializada, quanto possível, para dar oportunidade a que se revelem todos os aspectos dessas inteligências.

A riqueza das nações passou a se medir pela riqueza de inteligência e de pensamento dos seus ‘leaders’ científicos e industriais (*idem, ibidem*).

Importa constatar como, para Anísio Teixeira, a “educação geral para todos” (a educação das massas) e a educação aprofundada das “inteligências privilegiadas” (a formação das elites) não eram aspectos contraditórios, mas dimensões integradas do processo de reorganização do sistema escolar, cujo caráter democrático estaria

assegurado pela própria possibilidade de progressão no interior do sistema, com base no mérito de cada um.

No Relatório de 1934 (publicado pouco antes da criação da UDF) Anísio Teixeira afirmava peremptoriamente:

A educação primária já se acha em marcha para uma relativa eficiência. Continuemos a melhorá-la qualitativamente, a dar-lhe melhores professores e melhores instalações. Tenhamos, talvez, um pouco menos de pressa em relação à educação rural, que é acima de tudo um problema de progresso e de riqueza, e voltemo-nos para as demais organizações escolares de que dependem os quadros técnicos médios e superiores, da civilização brasileira (Teixeira, 1935, *apud* Mendonça, 1993: 108-109).

Era urgente, dizia ele, reorganizar a escola secundária e, simultaneamente, ou talvez até antes mesmo, tentar a instalação das faculdades de educação, de ciências e de letras (até porque a reorganização de todo o sistema escolar dependia fundamentalmente da qualificação do professor), criar uma “organização universitária que atendesse às imposições de uma cultura econômica e científica”, ao mesmo tempo em que preparasse “profissionais de ciências e de letras, professores e homens de pesquisa e de criação” (*idem, ibidem*).

Para Anísio Teixeira, estes seriam os homens capazes de construir uma cultura que efetivamente respondesse às necessidades da civilização técnica dos nossos dias, promovendo “o desenvolvimento das fontes que a integram, dando-lhe sentido humano, por um lado, e novas sendas, por outro” (*idem, ibidem*), já que o desenvolvimento científico e tecnológico se dera de forma tão acelerada que gerara um descompasso entre as mudanças no nível puramente material (ou *quantitativo*, segundo o educador) da vida do homem e a sua dimensão mais *espiritual* (intelectual, moral e até religiosa). Seria, portanto, necessário formular uma nova cultura que não só expressasse os valores da nova civilização técnica, mas que servisse também de base para a sua crítica e constante reformulação. Só assim, para Anísio Teixeira, se poderia garantir uma direção verdadeiramente humana para o progresso técnico.

Esta seria, exatamente, a função da educação nova (renovada e progressiva) e, muito especialmente, a função específica da Universidade, já que, na visão do educador, é com a criação desta instituição que efetivamente, se começa a discriminar a função da escola, como “órgão supremo da direção intelectual da humanidade” (Teixeira, 1935, *apud* Mendonça, 1993: 110).

Para ele, a Universidade seria a instituição, por excelência, onde se construiria a cultura expressiva das sociedades contemporâneas, de base científica e tecnológica, e onde se formaria o novo intelectual a quem competiria exercer a direção da sociedade. Ela se constituiria, sem dúvida, em um dos principais focos de

irradiação da *nova mentalidade científica* que seria preciso difundir ao máximo para se conseguir a relativa homogeneidade que viabilizaria o próprio exercício da *direção social*.

Desta perspectiva, a Universidade seria uma das instituições características e indispensáveis à sociedade moderna, sem a qual não chegaria sequer a *existir um povo*. Para ele:

Aqueles que não as têm, também não têm existência autônoma, vivendo, tão-somente, como um reflexo dos demais.

Com efeito, a história de todos os países que floresceram e se desenvolveram é a história da sua cultura e a história da sua cultura é, hoje, a história das suas universidades (Teixeira, 1935, *apud* Mendonça, 1993: 126).

Como instituição de cultura, portanto, qual seria, para Anísio Teixeira, a função específica da Universidade?

Retomando as suas próprias palavras:

A função da Universidade é uma função única e exclusiva. Não se trata, somente, de conservar a experiência humana. O livro também as conserva (...). Trata-se de manter uma atmosfera de saber, para preparar o homem que o serve e desenvolve. Trata-se de conservar o saber vivo e não morto, nos livros ou no empirismo das práticas não intelectualizadas. Trata-se de formular intelectualmente a experiência humana, sempre renovada, para que a mesma se torne consciente e progressiva (*idem, ibidem*).

É exatamente nessa direção que a Universidade se constituiria no *locus* por excelência onde se construiria uma nova cultura, adequada à civilização contemporânea. É por isso que, para Anísio Teixeira, a Universidade seria, antes de mais nada, um centro de investigação e de pesquisa científica (o que, aliás, na visão do educador, se constituía na sua *feição clássica e universal*). Este caráter é que a diferenciaria das instituições existentes no país marcadas, nas suas próprias palavras, por um *espantoso praticismo*, por um singular utilitarismo, tomado no sentido estreito e limitado do termo.

É importante destacar que a grande crítica que Anísio Teixeira dirigia a essas escolas não era, propriamente, ao caráter profissionalizante de seus cursos, que ele chegava inclusive a relativizar, acentuando que elas “seriam ainda acadêmicas, tão somente por que o desaparecimento substancial, ou a possível ineficiência de métodos para atingir os objetivos profissionais ou utilitários a que se destinavam, as deixavam ao nível das divagações e das generalidades” (Teixeira, 1935, *apud* Mendonça, 1993: 127-128).

O que Anísio Teixeira criticava a essas escolas, era a sua organização fechada e limitada “que substituiu a cultura por duas ou três profissões práticas” (Teixeira, 1935, apud Mendonça, 1993: 128). Era, principalmente, o formalismo reinante no seu interior que as reduzira a meras “*instituições emissoras de diplomas honoríficos para ingresso numa das classes privilegiadas do país*” (Teixeira, 1935, apud Mendonça, 1993: 128).

Para Anísio Teixeira, “profissões se regulamentam, mas não se regulamenta a cultura. Um homem culto e um homem diplomado são duas coisas, infelizmente, bem diversas entre nós” (Teixeira, 1935, apud Mendonça, 1993: 128).

É por isso que, para ele, entre as escolas superiores existentes no país e as escolas de que o país necessitaria para formar o “seu quadro de intelectuais, de servidores da inteligência e da cultura, de professores, escritores, jornalistas, artistas e políticos”, haveria “todo um mundo a transpor, e que, até então, esse quadro se teria formado ao sabor do mais abandonado e precário autodidatismo” (*idem, ibidem*: 128-129).

Estes são exatamente os argumentos de que Anísio Teixeira se utilizava para justificar a criação da UDF, uma “universidade de fins culturais”, que se proporia a exercer nada menos do que a “coordenação intelectual do país, transformando-se num dos seus grandes centros de irradiação científica, literária e filosófica” (*idem, ibidem*).

E, para cumprir esta finalidade, a UDF reivindicava constituir-se não só em uma casa de saber, mas também, e como decorrência, na “mansão da liberdade” (Teixeira, 1935, apud Mendonça, 1993: 110).

Na perspectiva de Anísio Teixeira, a universidade para existir como tal deveria ser uma instituição livre, num duplo sentido. Num primeiro sentido, porque autônoma, em pé de igualdade com as demais “instituições fundamentais da sociedade”, especialmente, a Igreja e o Estado. Livre, também, porque, “a serviço do presente e do futuro, a universidade não desejava constringer o porvir dentro de fórmulas apriorísticas ou pré-determinadas” (*idem, ibidem*: 110-111).

Para ele: “Muito ciosa das conquistas feitas pela liberdade de pensamento e de crítica, a Universidade não as dispensa para viver. Não terá ela nenhuma verdade a dar, a não ser a única verdade possível que é a de buscá-la eternamente” (*idem, ibidem*: 111).

É por esta razão que este fazia uma defesa intransigente da liberdade de cátedra, o que o levou a abrigar, na sua Universidade, intelectuais dos mais diferentes matizes ideológicos e políticos. Foi esta liberdade, entretanto, que incomodou, a um só tempo, ao governo federal e à Igreja Católica, e que acabou por inviabilizar essa experiência universitária.

Um último aspecto me parece importante destacar desta concepção de Anísio Teixeira da universidade como instituição de cultura. Trata-se da sua concepção

de *cultura brasileira*, que importa contrastar com as concepções nacionalistas em voga à época, de matiz acentuadamente autoritário.

Para ele, a elaboração de uma cultura e ciência brasileiras – já que a constituição de uma ciência própria seria um dos principais fatores para a aquisição de uma relativa autonomia no plano cultural – supunha necessariamente o diálogo com outras culturas e até a ruptura com determinadas tradições demasiadamente unitárias. A concepção de cultura brasileira em Anísio Teixeira tinha, portanto, uma perspectiva fortemente prospectiva, em contraposição, por exemplo, à tendência católica de *restauração*. Além do mais, rejeitava a idéia de homogeneidade ou de unificação no plano cultural, afirmando, inclusive, que a diversidade seria uma característica das culturas *avançadas*.

Essas idéias se acham claramente explicitadas em texto manuscrito de sua autoria, existente no Arquivo Anísio Teixeira do Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), significativamente intitulado *Diversificação: condição de florescimento cultural*.

Embora este texto não esteja datado e não me tenha sido possível precisar com exatidão a época em que teria sido produzido, as idéias aí contidas se acham presentes de forma esparsa nos escritos de Anísio Teixeira durante o período a que me refiro e informavam especificamente a sua concepção sobre o papel da universidade. Por isso, parece-me importante transcrever aqui alguns trechos, que considero especialmente significativos da sua concepção de cultura e de cultura brasileira.

Anísio Teixeira começava por afirmar que o florescimento de uma cultura estaria ligado à sua diversificação, tendendo uma cultura unitária à atrofia e à morte (esse, o caso das *culturas primitivas*). Para ele, uma cultura se enriqueceria “pelo atrito com outras culturas ou pelo atrito entre as variedades de uma mesma cultura” (*apud* Mendonça, 1993: 275)

Referindo-se à situação brasileira, dizia estar a cultura “sob certos aspectos, viva, e sob outros em processo de esclerose ou atrofia”. Atribuía ao caráter “elementar das culturas primitivas que contribuíram para a sua formação” – referindo-se à cultura africana e à americana pré-Colombo – a “suposta unidade” da cultura brasileira. Nessa direção, enfatizava “a sua filiação à grande espécie cristã ocidental de cultura” (*idem*: 276).

No entanto, dirigia a sua crítica a determinados “grupos sociais” que se empenhavam na “estagnação de certos traços culturais brasileiros”. Para ele, tais grupos só teriam a ganhar com a diversificação, pois a uniformidade, além da estagnação, promoveria as “antíteses destrutivas da cultura” (unidade religiosa x irreligiosidade, uniformidade institucional x anarquia e licença).

Prosseguia Anísio Teixeira:

O totalitarismo, que é uma forma primitiva e bárbara de cultura, levanta então, a cabeça como fórmula salvadora, colhendo em suas malhas os reacionários ineptos e a juventude revoltada. Nada conheço de mais pungente na vida dos nossos dias do que essa contradição que nos leva ao suicídio lento e, ao que parece, inevitável. O medo e o interesse mal compreendidos são os dois carrascos idiotas dessa morte inglória (*idem*: 276-277).

Dentro da sua perspectiva *progressiva*, Anísio Teixeira não poderia conceber que, num determinado momento, se devesse estancar o processo cultural e cristalizar determinados valores ou tradições. Muito pelo contrário, para ele, seria preciso submeter sempre o legado da tradição à crítica da razão, de forma a conciliar os dois mundos – até então distintos – do conhecimento empírico e positivo e do conhecimento tradicional e religioso. Essa seria, aliás, a tarefa do filósofo no mundo contemporâneo e também, a condição para que o progresso científico seguisse uma direção efetivamente humanizadora.

Anísio Teixeira não renegava o significado e a importância da tradição. Mas enfatizava que “não se torna a viver a vida (...) em um sentido estreitamente literal. Recordar-se do passado o que é interessante, ou o que fazemos interessante” (*apud* Mendonça, 1993: 278).

E concluía:

Se o Brasil vai sair do seu amálgama cultural e criar uma cultura independente dentro da espécie ocidental - cristã, a que, de certo modo, pertence, é o que irá revelar a sua ‘inteligentsia’. Neste sentido, é que podemos falar de início da cultura brasileira. Início de uma cultura autônoma, consciente e diversificada (*idem, ibidem*).

É por isso que, para Anísio Teixeira a universidade, enquanto instituição de cultura, deveria “difundir a cultura humana”, mas fazendo-o “com inspiração, enriquecendo e vitalizando o saber do passado com a sedução, a atração e o ímpeto do presente” (Teixeira, 1935, *apud* Mendonça, 1993: 278). A universidade teria que estar “na encruzilhada do presente”, não se constituindo “para isolar da vida a cultura, mas para trazê-la para a vida e torná-la mestra da experiência” (*idem, ibidem*). Os problemas sobre os quais se dedicaria seriam “os problemas de hoje, examinados à luz da sabedoria do passado” (*idem, ibidem*: 279). E é exatamente por isso que Anísio Teixeira criticava aqueles que “julgavam que a Universidade poderia existir, no Brasil, não para libertar, mas para escravizar. Não para fazer marchar, mas para deter a vida...” (*idem, ibidem*).

Anos 1950/1960: a reforma da universidade a partir de dentro

Ao longo dos anos 1950/1960, os aspectos históricos da constituição da universidade no ocidente, seus modelos e conceitos, bem como a experiência brasileira com o ensino superior, e, particularmente, as experiências frustradas dos anos 1930 (a da UDF, e, em parte, a da USP), iriam servir de base para a reflexão recorrente que Anísio Teixeira desenvolveria sobre a resistência à idéia de universidade no Brasil.

Para ele, o grande problema do ensino superior no Brasil, à época, era a inexistência de uma tradição propriamente universitária, já que a formação especializada e profissional foi predominante na constituição e organização da universidade no Brasil. Para Anísio Teixeira, não teríamos sequer chegado a experimentar a universidade moderna, que nasceu sob o signo da constituição dos Estados nacionais e da emergência do conhecimento científico e cujo modelo mais acabado seria a Universidade de Humboldt. Na sua avaliação, o *atraso* brasileiro estaria articulado à nossa situação de dependência cultural e a inexistência de uma universidade voltada para a constituição de uma cultura brasileira e orientada à solução dos problemas nacionais seria, sem dúvida, o principal fator que justificaria essa situação de dependência.

Desta perspectiva, importa destacar que Anísio Teixeira expressava uma visão cumulativa das funções da universidade, entendendo que as novas funções que, ao longo da história se iam atribuindo a essa instituição, não eliminavam as anteriores porque não eram excludentes. Para ele, a universidade contemporânea deveria ser simultaneamente uma universidade *humanista*, oferecendo, portanto, uma formação básica geral (de um tipo de humanismo adequado à sociedade contemporânea); uma universidade *moderna*, voltada para a pesquisa e a produção do conhecimento; uma universidade de *serviço*, devotada aos problemas práticos da sociedade e à educação; e, até, uma *multiversidade*, ligada à indústria e ao desenvolvimento nacional.

Anísio Teixeira acreditava, firmemente, que o desenvolvimento social e cultural atingido pelo Brasil, nos anos 1950, já exigia a edificação desse tipo de universidade, embora tivesse clareza de que a universidade brasileira teria que passar por uma profunda reforma para que se aproximasse desse modelo.

Remetendo-se à experiência das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, lembrava que estas, na sua origem, tiveram o objetivo de aproximar a universidade brasileira do modelo humboldtiano de pesquisa e ensino aprofundado, mas que, na prática, acabaram por se constituir, na sua maioria, em “escolas normais de preparo do magistério secundário e, com poucas exceções, colégios de artes liberais” (Teixeira, 1989: 108).

Para Anísio Teixeira, o problema de fundo da universidade brasileira seria o de transformar-se numa *universidade de ciência e de pesquisa*, que fosse não apenas

transmissora de um saber elaborado, mas criadora de um novo saber e de um novo conhecimento, que contribuísse para a construção de uma *cultura brasileira* e fizesse “marchar o conhecimento humano” (*idem, ibidem*: 109). Mas para isso, se fazia necessária uma *mudança de qualidade* do ensino superior no país, que suporia, por sua vez, uma transformação profunda nas práticas pedagógicas desenvolvidas no seu interior. Esta era a reforma *a partir de dentro* pela qual Anísio propugnava.

Sob esse aspecto, o educador defendia a necessidade de se implantar uma *nova cultura acadêmica*, que deveria ser norteadas, entre outras coisas, pela instauração de uma relação diferenciada dos professores entre si e entre alunos e professores, através da disseminação de uma cultura colaborativa, bem como por uma mudança radical no próprio conteúdo da formação oferecida na universidade, que deveria ser simultaneamente teórica e prática, privilegiando-se mais a lógica do estudo e da investigação científica do que a lógica, até então dominante, da aula expositiva.

Dessa perspectiva, Anísio Teixeira criticava, curiosamente, a própria noção de crédito, que então se introduzia no nosso ensino superior, por excluir expressamente da contagem das horas de trabalho o tempo de estudo individual do aluno.

Nas suas próprias palavras:

A exclusão é surpreendente, mas indica o grau em que o educador brasileiro julga o ensino superior como o equivalente ao primário, sendo a *aula* o real período de trabalho escolar e, portanto, o ensino ainda oral, podendo-se até prescindir do livro a ser substituído pela apostila, sucessora das velhas sebetas da Coimbra medieval (*idem, ibidem*: 131).

Para o educador, eram práticas como essas que precisariam ser radicalmente modificadas para que se desencadeasse um verdadeiro processo de construção/reconstrução da universidade, que não se reduzisse a uma mera “mudança da maquinaria administrativa e institucional da universidade, embora também pudesse vir a exigí-la” (*idem, ibidem*: 133). Anísio Teixeira tinha clareza de que era necessário dotar a universidade de bibliotecas e de laboratórios, criar condições para se ter o professor de tempo integral (e também o aluno integralmente dedicado), mas principalmente era preciso mudar a mentalidade do professor universitário, formar um novo tipo de professor.

Esse novo professor, teria que ser dotado, antes de mais nada, do que Anísio Teixeira chamava de *espírito de pesquisa*, o que não significava, absolutamente, para ele, que todo professor universitário tivesse necessariamente que ser um pesquisador *tout court*. Aliás, ao se referir à Reforma Universitária implantada após 1964, criticava a *confusão* que se estabelecia entre ensino e pesquisa, sob a bandeira de uma pretensa integração. Para ele, há ensino e há pesquisa, e não se pode afirmar que

todo ensino seja pesquisa. E a pós-graduação seria, por excelência, o lugar da produção da pesquisa.

No entanto, para Anísio Teixeira, seria preciso, no ensino universitário, assimilar os métodos de ensino aos métodos de pesquisa, “correspondendo isto a conduzir o estudante a adquirir o conhecimento já existente como se tivesse que o descobrir” (*idem, ibidem*: 145). Esta seria a verdadeira chave para transformar a universidade em uma universidade de pesquisa, já que não bastaria, simplesmente, anexar à universidade essa tarefa, como mais uma atribuição, um *acréscimo*.

Anísio Teixeira afirmava peremptoriamente que a universidade somente seria uma universidade de pesquisa quando passasse “a reformular a cultura que vai ensinar”, porque “a cultura humana tem de ser reelaborada para ser ensinada” (*idem, ibidem*). Dizia ele:

(...) se desejo transmitir uma cultura nova, não a posso transmitir pondo o aprendiz em contato com os produtos dessa cultura, mas tornando possível ele aprendê-la pelo processo de sua formação, de modo que ele, de algum modo a reinvente, inserindo-a em seu modo de pensar. Ele não deve ficar apenas capaz de compreendê-la, mas de fazê-la e continuá-la, sem mencionar a capacidade de aplicá-la (*idem, ibidem*: 100-101).

Essa a verdadeira mudança que se fazia necessária e que suporia um enorme investimento na formação do professor universitário. Nesse caso, a pós-graduação cumpriria um papel preponderante, atuando como uma verdadeira escola de formação de mestres que, ao fabricar um novo *habitus* intelectual, transformaria o próprio cotidiano acadêmico, engendrando uma nova maneira tanto de ensinar quanto de pesquisar.

Para Anísio Teixeira, estava chegado o momento de se ter a escola pós-graduada, como centro e cúpula da nova universidade, formulando e reformulando o novo saber que seria ensinado na própria universidade, formando os quadros superiores de cientistas nos vários campos do saber humano, constituindo-se no centro de formação do professor universitário. Dessa escola partiria, para ele, a verdadeira reforma universitária que se fazia necessária. Daí todo o empenho que colocou, através da CAPES, nos anos em que esteve à frente desta instituição, na constituição de um sistema de ensino pós-graduado no país, que abrangesse a totalidade das áreas de conhecimento.

Anísio Teixeira expressava, à essa época, a sua firme convicção de que toda e qualquer reforma além de ser, necessariamente, lenta e gradual, não poderia ser orquestrada em gabinetes confinados e distantes do cotidiano acadêmico, posição que, sem dúvida, se articulava com a sua intransigente defesa da autonomia da universidade. A este respeito, aliás, cumpre destacar que, ao longo de toda a sua vida, Anísio

Teixeira se constituiu em um eterno defensor da autonomia universitária, sem restrições. Para ele, a autonomia era não só uma decorrência da própria natureza da instituição universitária, como um requisito indispensável da sua qualidade acadêmica, e a universidade, como afirmava no discurso com que inaugurou, em 1935, os cursos da UDF, deveria se constituir numa verdadeira *mansão da liberdade*.

Foi esta outra das razões que o levaram, já na segunda metade dos anos 1960, a criticar a Reforma Universitária que então se esboçava, por iniciativa do governo militar. No trabalho publicado postumamente pela FGV, no qual Anísio Teixeira se propunha a desenvolver uma “análise e interpretação da evolução do ensino superior” no Brasil até 1969⁴ (e que vem se constituindo na referência central desta segunda parte do nosso texto), este manifestava claramente o seu descrédito com relação às mudanças que se anunciavam (Teixeira, 1989). Mesmo atendo-se à dimensão mais técnica destas mudanças, que lhe pareciam insuficientes, por se limitarem apenas a uma “reestruturação da maquinaria organizacional e administrativa da universidade”, Anísio Teixeira fazia algumas observações com relação ao processo de implantação das reformas que me parece importante transcrever. Partindo da afirmação de que foi para o modelo da Universidade de Brasília que, “agravando-se a crise universitária e tornando-se inevitável a reforma de sua maquinaria administrativa e didática, a universidade tradicional” se voltou, nas suas “veleidades de reforma”, o educador enfatizava que aquela universidade nasceu “de um projeto em que colaborara a elite do magistério nacional e o seu modelo refletia condições a que chegara a consciência crítica desse magistério, no que tinha de mais novo, o seu corpo de cientistas físicos e sociais” (Teixeira, 1989: 125). E constatava que a situação no momento era inteiramente outra, já que a reforma proposta não se fazia “de dentro da universidade, pelo debate e resultante consenso do magistério, mas por atos legislativos a princípio permissivos e depois coercitivos que impuseram a reestruturação dentro das grandes linhas do modelo da Universidade de Brasília” (idem, *ibidem*). Desta maneira, Anísio Teixeira criticava o caráter autoritário da reforma que se implementava, o que para ele se constituía num dos fatores que alimentavam o seu descrédito com relação à possibilidade de mudanças efetivas e profundas na direção até então imprimida ao ensino superior no país.

Para ele, seria função do próprio Estado moderno responsabilizar-se pela manutenção da liberdade nas instituições como a universidade, que guardam, aplicam e promovem o saber humano.

Segundo Anísio Teixeira, a liberdade é a vida organizada legalmente, mas é, sobretudo, a limitação do âmbito da lei àquilo que representa o mínimo de condições para que ela, a liberdade, se exerça do seu modo supremo, isto é, pela força persuasiva do conhecimento elaborado pelos grupos de homens competentes, a quem sejam confiadas a sua guarda e o seu progresso (Teixeira, 1958: 262). Esse conceito positivo de liberdade, que supõe a autonomia dos grupos humanos que se

responsabilizam pela produção do saber, contrapõe-se à sua concepção romântica, que nada mais é do que a defesa pura e simples da liberdade individual. O Estado, enquanto guardião do saber, deveria tornar-se uma força vigilante na preservação do funcionamento institucional da universidade, garantindo em primeiro lugar a liberdade tanto de ensinar quanto de aprender. Ou seja, todo aluno deveria poder escolher o que vai estudar e todo professor deveria ter completa liberdade de ensinar. Essa concepção se oporia ao modelo da universidade-corporação, onde se ensina o que os professores escolhem ensinar e se aprende aquilo que já se encontra pronto nos currículos previamente elaborados (Teixeira, 1968: 41).

De acordo com essas idéias, a autonomia proposta por Anísio Teixeira não se restringiria à mera autonomia financeira, mas seria uma decorrência da própria noção de democracia que endossava – uma forma de vida que incentiva o florescimento das energias e das iniciativas pessoais – e que só poderia ser alcançada por meio de um regime descentralizado. A autonomia proposta seria a da liberdade do saber e da sua própria força de controle, que atuaria através do esclarecimento e da persuasão.

Esta seria, sem dúvida, mais uma razão pela qual a reforma universitária idealizada por Anísio Teixeira deveria partir de dentro da própria universidade, não se deixando reduzir ao nível nem das simples declarações, nem das meras mudanças da maquinaria administrativa e organizacional. Para o educador, a verdadeira reforma da universidade só se realizaria quando se constituísse em uma aspiração profunda dos professores que, ao transformarem a sua mentalidade e a de seu aluno por meio da aceitação do método científico, na acepção a ele atribuída por Anísio Teixeira, teriam a ciência e a democracia como o leme orientador das suas práticas.

Não estaria, ainda hoje, a universidade brasileira a carecer de uma reforma como esta?

Ana Wáleska P. C. Mendonça
Professora da PUC-Rio

Notas

1. Este trabalho foi apresentado no Congresso Internacional Educação, cultura e cognição: identificando fronteiras, realizado na Universidade Mackenzie, em São Paulo, de 28 a 30 de agosto de 2000.
2. Anísio Teixeira esteve à frente da CAPES, no cargo de secretário-geral, de 1951 a 1964.
3. A tese foi publicada em junho de 2002, sob o título *Anísio Teixeira e a Universidade de Educação* (Mendonça, 2002).
4. Apesar da data limite estabelecida por Anísio, nesta obra, ele se detém na análise dos decretos-leis que reestruturaram as universidades federais, de 1966 e 1967, mas que, na verdade, renunciaram as mudanças introduzidas pela Reforma de 1968.

Referências bibliográficas

MENDONÇA, Ana Waleska P. C. *Universidade e formação de professores: uma perspectiva integradora. A Universidade de Educação de Anísio Teixeira (1935-1939)*. Tese de Doutorado, Departamento de Educação da PUC-Rio, 1993.

_____. *Anísio Teixeira e a Universidade de Educação*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002.

TEIXEIRA, Anísio. Variações sobre o tema da liberdade humana. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 29 (69), 1958.

_____. Uma perspectiva da educação superior no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 50 (111), 1968.

_____. *Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969*. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

Resumo

Este texto se propõe a refletir acerca das concepções de Anísio Teixeira sobre a relação entre universidade, ciência e cultura, privilegiando os dois momentos da vida pública deste educador em que esteve diretamente envolvido com a questão da universidade, a saber, a primeira metade dos anos 1930 e os anos 1950/1960.

Palavras-chave

Universidade, ciência, cultura, formação de professores, Anísio Teixeira.

Abstract

This article discusses Anísio Teixeira's conceptions of the relationship among university, science and culture. The work focuses on the first half of the 30s and the 50s/60s, decades when Teixeira was directly involved with this issue.

Key-words

University, science, culture, teacher's training, Anísio Teixeira.